



MENSAGEM Nº 02/2024.

Itacuruba/PE, 01 de fevereiro de 2024.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, EXCELENTÍSSIMA SENHORA VEREADORA e EXCELENTÍSSIMOS SENHORES VEREADORES,

Venho por meio do presente, encaminhar o Projeto de Lei em anexo, que autoriza o Poder Executivo a repassar recursos recebidos da união para cumprimento da assistência financeira complementar de que trata a Emenda Constitucional nº 127/2022.

Cabe esclarecer, que a referida regulamentação deve ser tramitada em CARÁTER DE URGÊNCIA, tendo em vista o amparo aos direitos dos referidos servidores públicos do município.

Assim, solicitamos aos distintos Edis que apreciem o projeto anexo, e o aprovem por ser de relevante interesse dos servidores da enfermagem de Itacuruba.

Atenciosamente,

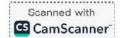
BERNARDO DE MOURA FERRAZ PREFEITO MUNICIPAL

> Bernardo de Moura Ferraz CPF: 066.569.204-89 Prefeito

Restantial

A

Avenida Patriarca Anibal Alves Cantarelli, S/N - Centro - Itacuruba/PE - CEP. 56.430-000 FONE: (87) 3893-1142 - Email: prefeituraltacuruba@gmail.com www.itacuruba.pe.gov.br





EMENTA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REPASSAR RECURSOS RECEBIDOS DA UNIÃO PARA CUMPRIMENTO DA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR DE QUE TRATA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 127/2022 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITACURUBA/PE, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 30, inciso I, da Constituição Federal de 1988, e pela Lei Orgânica do Município, submete à apreciação desta Câmara de Vereadores o presente Projeto de Lei:

- Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para os servidores municipais enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e parteiras, valores recebidos da União, através do Fundo Municipal de Saúde, destinados ao cumprimento da assistência financeira complementar da União de que trata a Emenda Constitucional 127 de 22 de dezembro de 2022, decisão do STF no Segundo Referendo na Medida Cautelar na ADI 7222 e a portaria GM/MS 1.135 de 16 de agosto de 2023 ou outra que vier a substituí-la ou suceder.
- Art. 2°. O Município transferirá valores a cada servidor, de acordo com o recebido do Ministério da Saúde e no limite destes e informado no InvestSUS (https://investsus.saude.gov.br/).
- § 1º Caso sejam disponibilizados valores superiores à jornada executada no mês de referência, a Assistência Financeira Complementar se limitará à proporção da carga horária efetivamente cumprida, de modo que o valor excedente permanecerá em conta vinculada para fins de futura compensação por parte da União;
- § 2º Na hipótese de disponibilização de recursos inferiores à jornada efetivamente desempenhada pelo servidor, a Administração Municipal procederá com

D

Avenida Patriarca Anibal Alves Cantarelli, S/N - Centro - Itacuruba/PE - CEP. 56.430-000 FONE: (87) 3893-1142 - Email: prefeituraltacuruba@gmail.com www.itacuruba.pe.gov.br







os ajustes necessários no sistema InvestSUS para posterior complementação da União.

- § 3°. O profissional da enfermagem que não estiver constando na base de dados do sistema INVESTSUS (https://investsus.saude.gov.br/) não fará jus ao complemento financeiro previsto nesta Lei.
- § 4°. A Assistência Financeira Complementar do piso da enfermagem será considerada para base de cálculo do Imposto de Renda e contribuições previdenciárias.
- Art. 3º. Fica, ainda, autorizado o Poder Executivo a transferir os recursos originários da União em favor dos servidores contratados temporariamente, assim como aos eventuais prestadores de serviços contratualizados incluindo filantrópicos, e entidades privadas que atendam, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de seus pacientes através do Sistema Único de Saúde SUS, os montantes destinados pela União para a complementação dos salários dos seus respectivos empregados.

Parágrafo único: Os instrumentos firmados entre o Município e o prestador de serviço contratualizado deverão ser aditivados acrescentando a formalização desse benefício e estabelecendo a obrigação da prestação de contas, na forma e prazos decididos pelo ente público Município, sob pena de suspensão do repasse.

Art. 4°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2024, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de fevereiro de 2024.

PREFEITO MUNICIPAL

Bernardo de Moura Ferraz CPF: 066.569.204-89 Prefaito R& Mental C

B

Avenida Patriarca Anibal Alves Cantarelli, S/N - Centro - Itacuruba/PE - CEP. 56.430-000 FONE: (87) 3893-1142 - Email: prefeituraltacuruba@gmail.com

www.itacuruba.pe.gov.br



J. Votogan Ulillyon lesar Courafconte Morrores The De de Cutia TON JOAO DA SILVAVA estema no estema por SILVA VA \$ 3°. O profissional da enfermad dados do sistema INVESTSUS (https://nvestsu roches de Santo complemento financello previsto nesta L considerada para pasa de previdencianas Art. 3º. Fica sinda, autorizado e Pader Executivo a bansierir os recursus onginérios da União em favor dos servicores contratedos remocanamente, aceint como aos eventuais prestadores de serviços contratualizados inclumbo historiopicos. e entidades privadas que atendany no mínimo, 60% (sessente nor cemo) de seus pacientes através do Sistema Único de Saúde - SUS, os montantes destinados União para a complementação dos salenos dos seus respectivos emprega WO XVII Parágrato único: Os instrumentos firmados entre Willram leson longalconte Morraes beneficio e estabelecendo experigação ua po Art. 4°. Esta lei antra em vigor efeitos financeiros a partir de 1º de ja contrário RERNARDO DE MOURA PERHAZ PREFEITO MUNICIPAL